

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.627.140 - SP (2019/0353207-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : MIRTES LOPES DA HORA
ADVOGADO : JOSÉ VICENTE LOPES DA HORA - SP352348
AGRAVADO : UNITED AUTO NAGOYA COMERCIO DE VEICULOS
LTDA
ADVOGADOS : LUIZ NAKAHARADA JUNIOR E OUTRO(S) - SP163284
DANIELE VIEIRA FAVORITO - SP364629
KARINA FREITAS KUZNETZOW - SP428770

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. POSTAGEM DE COMENTÁRIOS NEGATIVOS EM REDES SOCIAIS COM ACUSAÇÃO DE PRÁTICA DE FRAUDE POR EMPRESA NA VENDA DE PRODUTO E AFIRMAÇÃO DE QUE UM DE SEUS FUNCIONÁRIOS SERIA LADRÃO E DESONESTO. PREMISSA FIXADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM DE QUE AS POSTAGENS EXTRAPOLARAM O DIREITO DEMOCRÁTICO DE CRÍTICA INCISIVA, MACULANDO O NOME DA EMPRESA E A HONRA DE SEU FUNCIONÁRIO. DANO MORAL. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL E, SUBSIDIARIAMENTE, REVISÃO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE DO MONTANTE ARBITRADO. ATENDIMENTO ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.
AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS (ART. 85, §11, CPC/2015).

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por MIRTES LOPES DA HORA em face de decisão que inadmitiu o recurso especial interposto, com base no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"RESPONSABILIDADE CIVIL – Indenizatória c/c inibitória –

Sentença de improcedência – Ré que realizou comentários negativos nas redes sociais e plataformas online de consumidores, acusando a empresa autora de práticas fraudulentas e, um de seus funcionários, de roubo, relativamente a transação efetuada entre a empresa em comento e o marido da ré – Regularidade da transação comprovada documentalmente – Ofensas perpetradas pela ré que transcendem a mera crítica incisiva e configuram verdadeiros danos morais – Quantum indenizatório arbitrado em R\$10.000,00 – Deferida tutela inibitória para determinar que a ré se abstenha de realizar comentário semelhante na internet, sob pena de multa, por post, relato ou comentário a respeito, de R\$500,00 – Decisum reformado – Ônus sucumbenciais rearranjados – Apelo provido." (e-STJ fl. 234).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 243-245).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, em síntese, que, *"tomada de forte - e justificada - emoção em meio à desídia da recorrida, apenas e tão somente exerceu sua liberdade de expressão ao exprimir críticas às condutas da recorrida, manifestando sua grave insatisfação quanto aos serviços prestados"* (e-STJ fl. 257). Assevera, portanto, que não foi demonstrada a existência de ato ilícito nem de dano moral indenizável, uma vez que as postagens da recorrente na rede social não tiveram condão de abalar a imagem comercial da empresa recorrida, que já estava depreciada em virtude de diversas outras reclamações preexistentes lançadas em seu nome. Subsidiariamente, pugna pela redução do valor da condenação para quantia compatível com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Contrarrazões às fls. 272-274 (e-STJ).

Sobreveio juízo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ fls. 275-276), que inadmitiu o recurso especial por considerar que incide o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça e que não foi demonstrada a violação dos dispositivos legais indicados.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A insurgência não merece acolhida, uma vez que o conhecimento do

recurso especial é obstado pelo teor da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

O Tribunal de origem assim analisou a controvérsia quanto à caracterização da responsabilidade civil pelo dano moral e ao valor da compensação devida:

"É dos autos que JOSÉ FERNANDO CHAGAS DE OLIVEIRA, marido da ré, ora apelada, em 27.04.2016, adquiriu da empresa autora, ora apelante, o veículo Honda HRV EXL CVT prata 2016/2016 descrito na nota fiscal de fl. 26, pelo valor de R\$97.000,00.

A apelante argumenta que o valor foi pago por meio de uma entrada de R\$46.000,00, adimplida por meio de um veículo usado Renault Duster do comprador; de uma parcela intermediária de R\$42.180,00, por meio de cartão de débito; e por meio de financiamento de saldo de R\$12.520; a soma de tais valores totaliza R\$100.700,00, sendo que ainda pagou a JOSÉ FERNANDO R\$3.700,00, utilizados no emplacamento do veículo; tais operações estão listadas na proposta de fl. 27.

A apelada, entretanto, argumenta que ela e seu marido foram oralmente informados que pagariam um preço menor que aquele efetivamente pago e que o veículo dado como parte do pagamento foi subavaliado, já que o apelante por ele pagou R\$46.000,00 quando, na verdade, valeria, segundo a apelada, R\$56.288,00.

A apelada fez diversos comentários nas redes sociais contra a empresa apelante; acusou o vendedor responsável de desonesto tanto na fanpage do apelante no facebook, quanto no sítio eletrônico do Reclame Aqui, plataforma de reclamações do cliente; acusou a loja, nas redes sociais, de fraude (fls. 36/37); chamou, no Facebook, o funcionário da apelante de ladrão (fl. 38); fez uma queixa no Procon, que foi arquivada; e fez ameaças difusas na fanpage da apelante nos seguintes termos: "vcs não perdem por esperar" (fl. 42).

À vista disso, a apelante ajuizou esta ação, para inibir os comentários da apelada nas mídias sociais a respeito do caso e para dela postular indenização por danos morais pelas palavras proferidas.

O apelo prospera.

Não se nega que é direito inerente ao cidadão comum, numa sociedade livre e democrática, exercer o seu direito de expressão e de denunciar fatos públicos, advertindo os demais concidadãos, quando for o caso, de eventuais serviços

oferecidos ao público possam vir a eles causar qualquer tipo de lesão.

Nisso, de fato, não há qualquer tipo de ilícito civil indenizável.

Não é esse, entretanto, o caso dos autos, em que a argumentação despendida pela apelada contraria integralmente os elementos constantes dos autos, já que todos os documentos acostados pela apelante ao processo comprovam a verdadeira versão sobre como foi feita a negociação com o marido da apelada; ainda, a apelada, que tanto reclama da negociação, sequer dela participou, já que, frise-se, a transação foi feita entre empresa apelante e o marido da apelada, que sequer integra esta lide e, ao que consta, nada reclamou da negociação.

Os despautérios virtuais da apelada, portanto, extrapolam o mero direito de crítica, chegando, inclusive, a adentrar o âmbito da calúnia, ao acusar em seus posts um dos empregados da apelante de ladrão e de praticante de fraude, o que, com toda vênia ao magistrado a quo, extrapola a mera crítica incisiva, configurando verdadeiro dano moral, nos termos do art. 927 do Código Civil, que merece ser indenizável.

Malgrado não tenha sido comprovado nos autos que a apelante efetivamente sofreu declínio financeiro decorrente das publicações da apelada, não há como se negar o seu efeito e alcance deletérios quando propaladas de forma indistinta e a todo e qualquer usuário de internet, especialmente a mácula que causa no nome da empresa e na honra de seu funcionário, acusado, sem qualquer prova, publicamente, dos tipos penais descritos nos arts. 157 e 171, ambos do Código Penal.

À vista disso, arbitra-se o quantum indenizatório em R\$10.000,00, valor este que bem remunera a empresa apelante pelos danos sofridos, sem enriquecê-la, e inibe que o comportamento ilícito da apelada volte a ocorrer; tal quantia deverá ser corrigida pela Tabela Prática deste TJSP desde a publicação deste acórdão (Súmula nº 362 do STJ) e acrescido de juros legais desde a citação (art. 405 do código Civil), sendo estes últimos assim fixados porque a indenização decorre de relação contratual (entre a apelada e o marido da apelante)." (e-STJ fls. 234-236).

Da leitura dos trechos acima transcritos, verifica-se que seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos - o que é vedado na via do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ - para que se

procedesse à revisão das premissas fixadas no acórdão recorrido no sentido de que *"os despautérios virtuais da apelada, portanto, extrapolam o mero direito de crítica, chegando, inclusive, a adentrar o âmbito da calúnia, ao acusar em seus posts um dos empregados da apelante de ladrão e de praticante de fraude, o que [...] extrapola a mera crítica incisiva, configurando verdadeiro dano moral, nos termos do art. 927 do Código Civil, que merece ser indenizável"*; e de que, *"malgrado não tenha sido comprovado nos autos que a apelante efetivamente sofreu declínio financeiro decorrente das publicações da apelada, não há como se negar o seu efeito e alcance deletérios quando propaladas de forma indistinta e a todo e qualquer usuário de internet, especialmente a mácula que causa no nome da empresa e na honra de seu funcionário, acusado, sem qualquer prova, publicamente, dos tipos penais descritos nos arts. 157 e 171, ambos do Código Penal"* (e-STJ fls. 235-236).

Ademais, sabe-se que a intervenção desta Corte para modificação do *quantum* indenizatório somente é admitida em situações de arbitramento ínfimo ou exagerado.

Essa, porém, não é a hipótese dos autos, na qual o Tribunal de origem arbitrou o valor da compensação dos danos morais em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), levando em consideração as peculiaridades fáticas do caso concreto, no qual a recorrente realizou diversos comentários negativos nas redes sociais contra a empresa ora recorrida, acusando a loja de ter praticado fraude e o seu funcionário de ser ladrão e desonesto, mesmo sem comprovar a sua versão do que teria ocorrido na negociação.

Embora a agravante afirme que a quantia é excessiva, não se justifica, no caso, a excepcional intervenção desta Corte Superior no intuito de revisar o valor da compensação por danos morais, uma vez que o montante não se mostra exagerado, por ter sido arbitrado de forma proporcional, razoável e condizente com a realidade dos autos. Portanto, aplica-se à espécie a Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados, *mutatis mutandis*:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS DEMANDADOS.

1. O Tribunal de origem, com base no conjunto fático e probatório dos autos, concluiu pelo interesse de agir da parte autora e pela configuração do ato ilícito, de maneira que a alteração de tais conclusões demanda a incursão nas questões de fato e de prova dos autos, inadmissível por esta via especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. **A revisão da indenização por dano moral apenas é possível na hipótese de o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe reexaminar o valor fixado a título de indenização, uma vez que tal análise demanda incursão na seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7 desta Corte. Precedentes.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1563848/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 03/03/2020, grifei)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. LUCROS CESSANTES DEVIDOS. PRESUNÇÃO DE PREJUÍZO. DANO MORAL. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA. DISPOSITIVOS LEGAIS INSUFICIENTES PARA FUNDAMENTAR A PRETENSÃO. SÚMULA Nº 284 DO STF. VALOR INDENIZATÓRIO QUE NÃO SE REVELA EXCESSIVO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RELAÇÃO CONTRATUAL. CITAÇÃO. SÚMULA Nº 568 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A orientação firmada no âmbito do STJ é de que os valores fixados a título de danos morais, porque arbitrados com fundamento no arcabouço fático-probatório constante dos autos, só podem ser alterados em hipóteses excepcionais, quando constatada nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mostrando-se irrisória ou exorbitante, o que não ocorre na hipótese vertente.

[...]

*7. Agravo interno não provido, com imposição de multa.
(AgInt no REsp 1801537/SP, Rel. Ministro MOURA
RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe
03/10/2019)*

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Assim, com base em tais premissas e considerando que o Tribunal de origem fixou a verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 236), em benefício do patrono da parte recorrida, a majoração dos honorários devidos pela parte ora recorrente para 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação é medida adequada ao caso, observando-se a suspensão da exigibilidade da verba, decorrente da concessão dos benefícios da gratuidade de justiça.

Ante o exposto, com base no art. 253, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer do recurso especial, com majoração de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator